

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.647 - RS (2016/0268049-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : RASIP ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : JULIANA GARCIA MOUSQUER E OUTRO(S) - RS068594
JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - RS045071
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por RASIP ALIMENTOS LTDA com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 258):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RETORNO DO STF. DETERMINAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. ANÁLISE. EFEITOS INFRINGENTES.

1. A natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão do Juiz ou Tribunal, conforme prescrito no art. 535 do CPC, ou, ainda, por construção jurisprudencial, para fins de prequestionamento, como indicam as Súmulas nºs 282 e 356 do e. STF e 98 do e. STJ, desde que, para tanto, a questão, constitucional ou legal, tenha sido ventilada pela parte no momento processual oportuno e não tenha sido enfrentada no acórdão, ou, ainda, para correção de erro material no julgado
2. O STF, em de [sic] recurso extraordinário, determinou o retorno dos autos para análise dos embargos de declaração.
3. Embargos de declaração acolhidos para sanar a contradição existente.
4. Embargos de declaração acolhidos em parte, em razão da determinação do STJ, com modificação do resultado do julgamento, para dar provimento parcial à apelação da parte autora.

Embargos de declaração opostos por ambas as partes, sendo rejeitados os da RASIP ALIMENTOS LTDA. e acolhidos parcialmente os da UNIÃO, conforme ementa transcrita abaixo (fl. 277):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DO MÉRITO DA CAUSA. DESCABIMENTO. OMISSÃO. HONORÁRIOS.

1. A natureza reparadora dos embargos de declaração permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão do Juiz ou Tribunal.
2. O fato de o acórdão decidir contrariamente à pretensão do recorrente não possibilita o uso da via dos embargos declaratórios, sob pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese que só é admitida excepcionalmente.
3. Suprida omissão referente aos honorários advocatícios.

Mais uma vez foram opostos embargos de declaração pela RASIP ALIMENTOS LTDA, os quais foram acolhidos apenas para fins de prequestionamento (fls. 282-286).

O recorrente aponta violação do art. 3º, V, das Leis n. 10.637/02 e 10.833/03; e

Superior Tribunal de Justiça

21 da Lei n. 10.865/04, ao argumento de que i) a decisão recorrida vedou a possibilidade de creditamento das despesas financeiras, decorrentes de operações firmadas antes da lei, mas que perduraram até o encerramento do contrato e ii) é notória que a tentativa de afastar os direitos de crédito a que fazem jus às empresas, pela não-cumulatividade, foi advinda das negociações políticas do Governo Federal que, para manter o aumento da arrecadação, realizou diversas modificações legislativas, ceifando a plenitude do direito de crédito já permitido.

Contrarrazões às fls. 320-325.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 330.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

O recorrente, ao direcionar a sua tese no sentido de que *a decisão recorrida vedou a possibilidade de creditamento das despesas financeiras, decorrentes de operações firmadas antes da lei, mas que perduraram até o encerramento do contrato* deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual *no período posterior a 1º.8.2004, quando já cumprida a anterioridade nonagesimal em relação às alterações promovidas pelos arts. 21 e 37 do referido diploma legal, não há mais possibilidade de creditamento do PIS e COFINS sobre as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, ainda que a data de contratação seja anterior à Lei 10.865/2004.* (fl. 274)

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator